CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

# Terceirizada cobra R$ 4,5 milhões de ONG da produtora de 'Dark Horse'; empresas trocam acusações na Justiça

**Fonte original: g1.** Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

| | |
|---|---|
| **Veículo** | g1 (g1.globo.com) |
| **Autor** | Não identificado |
| **Data de publicação** | 18/07/2026 05:00 |
| **URL original** | https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/07/18/terceirizada-cobra-r-45-milhoes-de-ong-da-produtora-de-dark-horse-empresas-trocam-acusacoes-na-justica.ghtml |
| **Relevância** | Alta · Empresas e negócios · Reportagem |
| **Pessoas citadas** | André Feldman, Karina Gama, Ricardo Nunes, Eduardo Ferreira Franco, Rodrigo Raveli, Débora Gomes Feldman, William Silva Ferreira |
| **Organizações** | Instituto Conhecer Brasil (ICB), Complexsys, Prefeitura de São Paulo, SPTuris, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Prefeitura de SP, Secretaria Municipal de Inovação |
| **Data da coleta** | 29/09/2026 10:05 |
| **Situação** | No ar · última verificação 28/11/2026 16:05 |
| **Versões** | 1 |

**TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS**

• Além da Ultra IP e da Favela Conectada — atualmente denominada Urban Connect Serviços e Tecnologia Ltda —, outras duas empresas aparecem entre as terceirizadas contratadas pelo ICB: Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda.
• A Complexsys pertence ao empresário André Feldman.
• Já a Fastfuture está registrada em nome de sua esposa, Débora Feldman, que se apresenta nas redes sociais como terapeuta holística e não faz referência à atuação no setor de telecomunicações.
• No entanto, na ação movida pela Ultra IP, André Feldman é apontado como diretor de fato do Instituto Conhecer Brasil.
• Relato judicial da Ultra IP sobre a participação de André Feldman no Instituto Conhecer Brasil (ICB). — Foto: Reprodução/TJ-SP
• Apesar das alegações da Ultra IP, André Feldman não aparece como diretor em nenhum dos documentos públicos do Instituto Conhecer Brasil (ICB) entregue à gestão Nunes.
• Ainda assim, na ação judicial, a empresa sustenta que as companhias da família Feldman

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

fariam parte do esquema descrito por sua defesa como um "balcão de negócios escusos" (veja print da ação acima). (defesa/posicionamento)
• O que diz André Feldman
• O empresário André Feldman, dono da Complexsys Soluções Integradas Ltda, que emitiu nota e cancelou em favor do instituto de Karina da Gama. — Foto: Reprodução/Redes Sociais (defesa/posicionamento)
• Procurado pelo g1, André Feldman afirmou que jamais integrou o quadro societário do Instituto Conhecer Brasil (ICB) nem de qualquer empresa vinculada à entidade, fato que, segundo sustenta, pode ser comprovado pelos registros públicos. (defesa/posicionamento)
• Feldman também diz que a Complexsys foi contratada exclusivamente para monitorar a rede do programa Wi-Fi Comunidade e garantir o funcionamento do serviço.
• A Complexsys foi uma das empresas alvo de busca e apreensão da Polícia Civil, no último mês de junho.
• Um dos ex-sócios da Complexsys é o gerente da SPTuris – Rodrigo Raveli Bolzan, que foi afastado do cargo pelo prefeito por suspeita de favorecimento às entidades de Karina da Gama dentro da estatal de turismo da cidade.
• De acordo com a Junta Comercial (Jucesp), Ravelli foi admitido na empresa em dezembro de 2021 com participação societária de 33% do negócio, que era dividida entre ele, André Feldman e um terceiro sócio: Eduardo Ferreira Franco.
• Nas prestações de conta entregue à Prefeitura de SP, há notas de pagamento do ICB para a Complexsys no ano de 2024, enquanto ele ainda era sócio da empresa que atualmente tem apenas um dono: o empresário André Feldman. (defesa/posicionamento)
• De acordo com a Jucesp, Eduardo Franco foi o primeiro dono da Complexsys Soluções Integradas LTDA, quando a empresa ainda se chamava Complexsys Apoio Aadministrativo LTDA, constituída em agosto de 2019.
• Acordo entre a CET e a diretoria da Complexsys Soluções Integradas LTDA — Foto: Reprodução/PMSP




Imagem: reprodução / g1

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

**RESUMO**
A empresária Karina Ferreira da Gama, do Instituto Conhecer Brasil (ICB), é processada pela terceirizada Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda — Foto: Reprodução/Redes Sociais A empresa Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda. e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), ONG presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama, travam uma disputa na Justiça marcada por acusações mútuas. Karina Gama ainda alega que o dono da empresa tentou extorquir mais de R$ 2,5 milhões.

A empresária Karina Ferreira da Gama, do Instituto Conhecer Brasil (ICB), é processada pela terceirizada Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda — Foto: Reprodução/Redes Sociais

A empresa Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda. e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), ONG presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama, travam uma disputa na Justiça marcada por acusações mútuas. A terceirizada cobra R$ 4,5 milhões e sustenta que houve irregularidades na execução do contrato de R$ 108 milhões firmado com a Prefeitura de São Paulo. Já o ICB afirma que a empresa descumpriu o acordo, interrompeu parte do serviço e tentou extorquir R$ 2,5 milhões.

A terceirizada afirma que foi a única responsável pela instalação de 3.200 pontos de wi-fi do programa municipal, embora parte desses serviços tenha sido atribuída, nas prestações de contas da ONG apresentadas ao município, à empresa Favela Conectada Serviços e Tecnologia Ltda.

A Ultra Ip Tecnologia cobra na Justiça mais de R$ 4,5 milhões do ICB e cita na ação que a outra terceirizada, Favela Conectada, teria sido usada como empresa de fachada para justificar despesas do convênio firmado com a gestão Ricardo Nunes (MDB).

A empresa sustenta ainda que a Favela Conectada recebeu R$ 12 milhões para instalar 2 mil pontos de acesso sem, segundo a ação, ter executado nenhum serviço.

A ONG acusa a Ultra IP de interromper aproximadamente 800 links de internet instalados. Karina Gama ainda alega que o dono da empresa tentou extorquir mais de R$ 2,5 milhões.

Em nota, a Ultra IP informa que "o inquérito instaurado pelo ICB contra a ULTRAIP é descabido e a acusação é falsa, como restará provado. Trata-se de retaliação à medida judicial proposta pela empresa — ação que demonstra publicamente a confiança na própria conduta e a disposição de colaborar com o esclarecimento dos fatos. A ULTRAIP buscou, em reiteradas ocasiões, composição amigável com o ICB, tendo sido recusada em todas elas" (leia a íntegra mais abaixo).

Favela Conectada

Alex Leandro Bispo dos Santos, conhecido como "Escorpião do PCC", é o ex-dono da Favela Conectada e está preso preventivamente desde fevereiro, acusado de feminicídio.

Antes da prisão, em janeiro, Alex deixou oficialmente o quadro societário da Favela Conectada. Conforme registros da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), a empresa passou a ser controlada por Tatiane Camargo de Oliveira Fernandes.

Segundo a própria Jucesp, Tatiane reside no mesmo endereço de Alex Leandro Bispo dos Santos, na Rua Ernesto Paglia, na região do Butantã, Zona Oeste da capital.

O g1 não localizou a defesa de Tatiane. Após assumir o controle da empresa, ela alterou a razão social da Favela Conectada para Urban Connect Serviços e Tecnologia Ltda.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A Ultra IP Tecnologia foi uma das quatro empresas contratadas pelo ICB para executar a instalação dos pontos de wi-fi na periferia da capital de forma terceirizada. A empresa e o ICB tinham um contrato de R$ 30,7 milhões para a instalação de 5 mil pontos de wi-fi na cidade, mas ele foi rompido unilateralmente em setembro de 2025 sem o pagamento total do acordo, segundo a empresa que processa Karina da Gama.

"Aumentou-se o valor do ponto para R$ 825. Tal manobra foi realizada com a intenção de zerar artificialmente os créditos da requerente [...], numa tentativa de utilizá-la para sustentar suposta fraude, já que o requerido preferiu elevar o valor pago por ponto a reconhecer que a Ultra IP instalou efetivamente os 3.200 pontos pelo valor de R$ 712", afirma a petição.

"Todos os trabalhos técnicos continuaram sendo realizados pela requerente [Ultra IP]", afirmou a advogada ao juiz da 8ª Vara Cível da Capital.

Ação movida pela empresa Ultra IP contra o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a empresária Karina Ferreira da Gama. — Foto: Reprodução/TJ-SP

Notas suspeitas e emendas parlamentares

A Prefeitura de São Paulo pede que Karina Gama devolva pelo menos R$ 906 mil aos cofres públicos referentes a notas fiscais canceladas, além de exigir a apresentação de documentos e justificativas para outros R$ 12 milhões em gastos apresentados nas notas fiscais de prestação de conta referente ao contrato de R$ 108 milhões para a instalação de 3.200 pontos de wi-fi do programa municipal.

A empresária também foi citada no caso de emendas parlamentares que teriam sido usadas no filme "Dark Horse". A suspeita é que políticos do PL, como os ex-deputados Alexandre Ramagem e Carla Zambelli e os deputados Bia Kicis (PL-DF) e Marcos Pollon (PL-MS) tenham destinado emendas a entidades de Karina da Gama para financiar indiretamente o filme.

O que diz a ONG de Karina Gama à Justiça

No mesmo processo, os advogados de Karina afirmam que o proprietário da Ultra IP, William Silva Ferreira, age de má-fé contra o Instituto Conhecer Brasil (ICB). O contrato entre as duas entidades foi encerrado em setembro do ano passado.

Como parte da defesa, foi anexado um inquérito instaurado pela Polícia Civil de São Paulo em 5 de maio deste ano. Nele, Karina acusa o empresário de tentativa de extorsão.

Segundo o relato prestado à polícia, William Ferreira teria exigido mais de R$ 2,5 milhões para não procurar a imprensa e divulgar informações sobre a relação contratual entre as empresas.

A empresária, que também é proprietária da produtora Go Up, responsável pelo filme "Dark Horse", afirma que, ao longo de mais de um ano de vigência do contrato com a Ultra IP, foram registrados sucessivos descumprimentos contratuais, inconsistências técnicas e administrativas, além da apresentação de relatórios incompatíveis com a execução dos serviços.

De acordo com a defesa, esses problemas culminaram, em 26 de setembro de 2025, na interrupção de aproximadamente 800 links de internet instalados em comunidades da periferia paulistana, comprometendo a continuidade do programa público e prejudicando a população atendida.

Inquérito policial onde o ICB, de Karina da Gama, acusa a Ultra IP, do empresário William Silva Ferreira de fraude processual. — Foto: Reprodução/TJ-SP

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

O registro policial foi feito pouco mais de um mês após a Ultra IP ingressar na Justiça para cobrar os valores que afirma ter direito a receber.

Procurados pelo g1, Karina da Gama e seus advogados, do escritório Hasson Sayeg, Novaes e Venturole Advogados (HSLAW), não se manifestaram até a última atualização desta reportagem.

O que diz a Ultra IP

"O ULTRAIP TECNOLOGIA E SERVIÇOS, vem a público esclarecer as notícias de 18 de julho de 2026 veiculadas por jornais independentes acerca do conteúdo e da finalidade da ação probatória proposta pela empresa, eis que as que constam nas matérias não correspondem a verdade.

A ação proposta é exclusivamente probatória. Seu objetivo não é acusar, mas submeter ao crivo do Poder Judiciário aquilo que a própria imprensa já havia noticiado, para que fosse judicialmente investigado e eventualmente utilizado para defesas dos direitos da ULTRAIP. A empresa jamais afirmou que as prestadoras terceirizadas pelo ICB receberam valores indevidos ou foram usadas como fachada — ela pediu que o juiz exigisse do Instituto documentos de interesse comum demonstrando que a gravidade das notícias poderiam interferir na produção da prova buscada por meio da exibição de documentos. Essa distinção foi deliberadamente ignorada pelas publicações.

As informações sobre supostos pagamentos indevidos e utilização de empresas como "fachada" pelo ICB não foram feitas pela ULTRAIP em momento algum da ação. Elas já eram de conhecimento público, tendo sido amplamente veiculadas pelos próprios meios de comunicação que agora distorcem o teor da ação, em datas anteriores à distribuição da medida judicial. A ULTRAIP não criou essas informações tampouco afirmou que se são verídicas ou não.

Os trechos da ação reproduzidos nas matérias foram publicados fora de contexto, como se expressassem convicção da ULTRAIP, quando constituíam mera reprodução do que já havia sido noticiado, servindo como lastro documental para o pedido de provas. As matérias foram anexadas integralmente aos autos justamente para que o juiz as examinasse em sua totalidade, e não em fragmentos isolados.

A ULTRAIP declara reiteradamente que não acusou nenhuma das prestadoras terceirizadas pelo ICB. A formulação de acusações é atribuição exclusiva das manchetes e somente podem ser verificadas pelas autoridades policiais e judiciais, onde todas as partes terão oportunidade de se defender. A empresa jamais ultrapassou esse limite.

O inquérito instaurado pelo ICB contra a ULTRAIP é descabido e a acusação é falsa, como restará provado. Trata-se de retaliação à medida judicial proposta pela empresa — ação que demonstra publicamente a confiança na própria conduta e a disposição de colaborar com o esclarecimento dos fatos. A ULTRAIP buscou, em reiteradas ocasiões, composição amigável com o ICB, tendo sido recusada em todas elas.

O vazamento da ação e do inquérito para a imprensa ocorre justamente quando o ICB se vê envolto em escândalos públicos amplamente noticiados, que em nada se confundem com a conduta ou interesses da ULTRAIP. A coincidência é reveladora.

Oportunamente, importa informar que toda a documentação comprobatória da regularidade das atividades da ULTRAIP já foi apresentada na ação e às autoridades competentes. O resultado será público, como sempre desejaram os que nada temem.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A ULTRA IP repudia a utilização especulativa das informações da ação e a distorção maliciosa de seu conteúdo para sugerir acusações que nunca foram feitas. A empresa confia que, pelas vias judiciais, será demonstrada sua legalidade e afastadas quaisquer suspeitas levantadas contra ela."

O que diz a gestão Ricardo Nunes

Por meio de nota, a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) informou que "a relação jurídica do Município se dá somente com o ICB e, de acordo com a Lei nº 13.019/2014, a escolha e gestão dos fornecedores e terceirizados são de responsabilidade unicamente da entidade parceira".

"A SMIT reforça que fiscaliza ativamente o cumprimento da parceria por meio de prestações de contas realizadas semestralmente, período mais rigoroso do que o mínimo legal. O rigor deste acompanhamento já resultou na determinação de devolução, em 2025, de aproximadamente R$ 2 milhões à conta do projeto, obrigação que foi integralmente cumprida pelo ICB", disse.

"Além disso, a parceria está sendo fiscalizada pelos órgãos de controle como Ministério Público, Tribunal de Contas e a Controladoria Geral do Município. Cabe ressaltar que o Programa Wi-fi Livre está funcionando normalmente e pode ser acompanhado em tempo real no link https://wifilivrecomunidades.org/sp", declarou a pasta.

Novos personagens

Além da Ultra IP e da Favela Conectada — atualmente denominada Urban Connect Serviços e Tecnologia Ltda —, outras duas empresas aparecem entre as terceirizadas contratadas pelo ICB: Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda.

Segundo os documentos apresentados pelo próprio ICB à Prefeitura de São Paulo, ambas foram contratadas para realizar atividades de monitoramento e auditoria dos pontos de wi-fi instalados pelas demais empresas envolvidas no projeto.

A Complexsys pertence ao empresário André Feldman. Já a Fastfuture está registrada em nome de sua esposa, Débora Feldman, que se apresenta nas redes sociais como terapeuta holística e não faz referência à atuação no setor de telecomunicações.

As notas fiscais anexadas às prestações de contas indicam que as duas empresas prestaram serviços semelhantes.

No entanto, na ação movida pela Ultra IP, André Feldman é apontado como diretor de fato do Instituto Conhecer Brasil. Segundo a empresa, ele teria participado da administração do projeto ao lado da presidente da ONG, Karina da Gama, inclusive nas decisões que culminaram no rompimento do contrato com a Ultra IP.

Relato judicial da Ultra IP sobre a participação de André Feldman no Instituto Conhecer Brasil (ICB). — Foto: Reprodução/TJ-SP

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) não proíbe, em tese, que entidades do terceiro setor contratem empresas ligadas a seus dirigentes. Entretanto, quando há utilização de recursos públicos, esse tipo de contratação pode configurar conflito de interesses ou gerar questionamentos sobre eventual irregularidade, a depender das circunstâncias e da forma como ocorreu.

Apesar das alegações da Ultra IP, André Feldman não aparece como diretor em nenhum dos documentos públicos do Instituto Conhecer Brasil (ICB) entregue à gestão Nunes.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Ainda assim, na ação judicial, a empresa sustenta que as companhias da família Feldman fariam parte do esquema descrito por sua defesa como um "balcão de negócios escusos" (veja print da ação acima).

O que diz André Feldman

O empresário André Feldman, dono da Complexsys Soluções Integradas Ltda, que emitiu nota e cancelou em favor do instituto de Karina da Gama. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Procurado pelo g1, André Feldman afirmou que jamais integrou o quadro societário do Instituto Conhecer Brasil (ICB) nem de qualquer empresa vinculada à entidade, fato que, segundo sustenta, pode ser comprovado pelos registros públicos.

Feldman também diz que a Complexsys foi contratada exclusivamente para monitorar a rede do programa Wi-Fi Comunidade e garantir o funcionamento do serviço.

Segundo ele, a narrativa de que teria dado ordens ou participado da gestão operacional do projeto é "distorcida e de má-fé", passível, inclusive, de responsabilização civil e criminal.

O empresário acrescenta que existe uma declaração registrada em cartório na qual afirma que a Ultra IP teria atuado deliberadamente para provocar a interrupção da rede pública de internet.

A Complexsys foi uma das empresas alvo de busca e apreensão da Polícia Civil, no último mês de junho.

Servidor afastado

Um dos ex-sócios da Complexsys é o gerente da SPTuris – Rodrigo Raveli Bolzan, que foi afastado do cargo pelo prefeito por suspeita de favorecimento às entidades de Karina da Gama dentro da estatal de turismo da cidade.

De acordo com a Junta Comercial (Jucesp), Ravelli foi admitido na empresa em dezembro de 2021 com participação societária de 33% do negócio, que era dividida entre ele, André Feldman e um terceiro sócio: Eduardo Ferreira Franco.

Juntos, os três chegaram a fechar um termo de cooperação com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em 2021, para disponibilidade de tecnologia da empresa para os agentes de trânsito de SP.

A empresária Karina Ferreira da Gama, dona da ONG Instituto Conhecer Brasil e da empresa que produz o filme sobre Jair Bolsonaro, teve contratos pagos pela SPTuris em SP. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

Raveli deixou a empresa em abril de 2022 e Eduardo em 27 março de 2025. Na SPTuris, Rodrigo exercia o cargo de gerente sênior II, com salário de R$ 52 mil mensais.

Segundo o próprio prefeito Ricardo Nunes (MDB), que o afastou do cargo, Raveli está sendo investigado pela Controladoria Geral do Município (CGM) por ligação com uma rede de empresas que atendem o Instituto Conhecer Brasil (ICB), da empresária Karina Ferreira da Gama, em contratos com o município (veja mais aqui).

Já Eduardo Ferreira Franco, o Eduardo Franco, virou dirigente do Instituto Conhecer Brasil (ICB), de Karina da Gama. Nas prestações de conta entregue à Prefeitura de SP, há notas de pagamento do ICB para a Complexsys no ano de 2024, enquanto ele ainda era sócio da empresa que atualmente tem apenas um dono: o empresário André Feldman.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

De acordo com a Jucesp, Eduardo Franco foi o primeiro dono da Complexsys Soluções Integradas LTDA, quando a empresa ainda se chamava Complexsys Apoio Aadministrativo LTDA, constituída em agosto de 2019. A alteração do nome foi feita em 25 de abril de 2022, diz a Junta Comercial de SP.

Acordo entre a CET e a diretoria da Complexsys Soluções Integradas LTDA — Foto: Reprodução/PMSP

Fonte original: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/07/18/terceirizada-cobra-r-45-milhoes-de-ong-da-produtora-de-dark-horse-empresas-trocam-acusacoes-na-justica.ghtml · Coletado em 29/09/2026 10:05 · Gerado em 29/11/2026 00:07

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.